

O DESAFIO DOS PAIS OUVINTES DE FILHOS SURDOS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Bruno Rege Lopes¹
Daniella Lopes de Souza Machado²
Marlene Barbosa de Freitas Reis³

RESUMO

A Educação Especial sob a perspectiva da Educação Inclusiva passa pelo processo de estruturação desde o início de sua vigência, o que torna recorrente o apontamento de desafios e necessidades de reflexão sobre diversos assuntos, contemplados por ela. Desse modo, o ensino voltado aos estudantes público-alvo da educação especial, pelas especificidades das necessidades educacionais especiais são um recorrente desafio às metodologias inclusivas. Com efeito, o presente estudo tem como objetivo, refletir sobre a participação familiar no processo de aquisição de primeira língua de estudantes com surdez e, os possíveis desafios que esse processo pode trazer à Educação Inclusiva. Diante disto o estudo terá seus desdobramentos calçados em uma abordagem qualitativa, com recorte metodológico de estudo de revisão, onde serão discutidos a partir dos dados de uma pesquisa empírica desenvolvida junto à famílias ouvintes que tiveram filhos com surdez, a fim de refletir sobre os limites e desafios das estratégias e métodos de ensino de Língua Portuguesa para estudantes com surdez na Educação Inclusiva.

Palavras-chave: Educação Especial; Educação Inclusiva; Estudantes com Surdez; Ensino de Língua Portuguesa.

INTRODUÇÃO

A aquisição de uma língua é vista por Vygotsky (2009) como uma aprendizagem, cujo processo se dá por experiências significativas, o que lança um pressuposto de que mesmo uma

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação - PPGE da Universidade Estadual de Goiás. Graduado em Letras - Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa pela Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT. Contato: regebrl@gmail.com;

² Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação-PPGE da Universidade Estadual de Goiás. Graduada em Pedagogia pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC Goiás, Bolsista CNPQ de Iniciação Científica. Especialista em Ensino e Metodologia do Ensino Superior pelo Instituto de Educação Superior de Goiás – IESGO. Professora efetiva na Secretaria de Educação do Distrito Federal. E-mail: daniellalopesdesouza@gmail.com

³ Pós-Doutora em Gestão da Informação e Conhecimento, Doutora em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento, Docente permanente no Programa Interdisciplinar em Educação, Linguagens e Tecnologia – PPG-IELT e Docente permanente do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação – PPGE da Universidade Estadual de Goiás. Contato: marlenebfreis@hotmail.com

pessoa tendo nascido com as condições biológicas que permitam ter uma competência linguística (aparelho fonador e aparato cognitivo para aquisição), ela necessita estar incluída em um ambiente social em que seja possível ter contato com uma língua definida, para que esta competência se performe no uso efetivo da língua. No caso de crianças surdas, o que acontece é que o ambiente linguístico em que, por vezes, a criança está inserida é incompatível com o impedimento sensorial, ou seja, as crianças com surdez congênita são postas em um ambiente onde, a maioria das pessoas, incluindo seus pais, se comunicam oralmente e, pela disparidade linguística não é possível a compreensão, muito menos a reprodução dos sons que a criança (não) escuta.

Pensar sobre esse assunto nos remete a reflexão sobre a participação da família na aquisição linguística da criança surda. Apesar de complexa, a inquietação se dá, pois, na maioria dos casos as famílias que têm filhos surdos são essencialmente ouvintes (FERNANDES; MOREIRA, 2014), e é essa mesma família o primeiro grupo social que provavelmente a criança será inserida. Com efeito, à aquisição linguística estará condicionada as decisões da família e, se consideradas as diretrizes de ensino de Língua Portuguesa em contexto inclusivo⁴, tais decisões derivam em condições que podem implicar na efetividade das estratégias de ensino, sobretudo, de Língua Portuguesa para estudantes com surdez.

Sabe-se que ao receber o diagnóstico de surdez, as famílias passam por um processo de assimilação da nova realidade do filho que é chamado de luto do filho idealizado. Trata-se de um processo psicológico, que se dá pelo rompimento de expectativas geradas no período de gestação, que são desconstruídas pela percepção desmotivadora de possibilidades de desenvolvimento do filho (VENDRUSCULLO, 2014). O olhar desmotivador sobre o impedimento sensorial auditivo é resultante de discursos preconceituosos sobre as pessoas com deficiências, ecoados ao longo da história da humanidade.

As particularidades do luto, enquanto processo de assimilação⁵, aliadas à orientações unilaterais sobre as possibilidades de intervenção linguística, direcionam os pais à intervenções

⁴ São diversas as legislações que tratam do assunto, desde leis que regulamentam e tornam acessível a comunicação pela Libras, até as diretrizes educacionais. Nesse sentido, os documentos legais garantem a presença do profissional intérprete de Libras, para mediar a comunicação entre estudante surdo e professor ouvinte. Esse modelo educacional, dentre outros fatores, consiste no ensino de Língua Portuguesa como segunda língua, em sua modalidade escrita, valendo-se da Libras como língua de instrução, ou primeira língua (BRASIL, 2015)

⁵ Kubler-Ross (1996), considera essa suspeita como uma das fases do processo de luto, atrelada a um sentimento de negação da suspeita, funciona como uma defesa temporária ao diagnóstico de surdez, por exemplo. As fases do luto, segundo a autora, seguem com o estágio de revolta, que substitui a negação e está vinculada a uma ânsia de buscar um culpado, ou culpar-se pela condição a qual foi submetida. A terceira fase, denominada de barganha pode, por vezes, fazer com que o enlutado, neste caso os pais, negociem seus medos diante a perda com suas crenças, onde depositam a esperança de uma intervenção. A quarta fase, é a depressão, que por sua vez pode ser relativa: uma reação emocional a algo em específico, neste caso, a perda do filho idealizado; ou depressão

clínicas. Fato que sugere um processo de tratamento fonoterapêutico longo, cujos resultados podem ultrapassar o período de ingresso da criança surda na escola, o que exigirá novas estratégias para aplicação do conteúdo de Língua Portuguesa, visto que o aprendizado deste está condicionado ao uso de uma primeira língua definida, seja ela oral-auditiva ou visual-espacial.

Nesse sentido, buscamos refletir sobre os limites das diretrizes, normas e orientações sobre o ensino de Língua Portuguesa para estudantes com surdez na Educação Inclusiva. Observa-se que as expectativas geradas pelos textos legais, podem estar distantes da realidade atendida pela escola, exigindo que o ensino se dê a partir de um diálogo constante entre as estratégias de ensino e a condição linguística do estudante surdo. Fato que implica na permanência e participação do estudante na escola, sobretudo, no desenvolvimento da Língua Portuguesa na modalidade escrita. Para a reflexão do assunto, pretendemos discutir sobre as conclusões parciais de um estudo que teve como objetivo a descrição das experiências e expectativas de pais ouvintes que tiveram filhos diagnosticados com surdez congênita.

O referido estudo teve seus desdobramentos no ano de 2019, em um município do interior do Estado de Mato Grosso e os dados foram colhidos junto a dois estudantes surdos e um representante da família de cada um deles, na ocasião os pesquisadores utilizaram o questionário semiestruturado, como instrumento de coleta⁶. Os dados obtidos a partir da pesquisa serão analisados nesse estudo a luz dos estudos relacionados ao luto psicológico, descrito por Vendrusculo (2014) e Kubler-Ross (1996) e, da teoria histórico-cultural de Vigotsky (2009), buscando uma reflexão teórica acerca das implicações que o período de luto e as decisões tomadas durante sua duração podem trazer à Educação Inclusiva.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo de natureza qualitativa, com certa aproximação aos estudos fenomenológicos, por buscar identificar elementos que direcionam à compreensão da essência de fatos específicos (MOREIRA, 2002), o recorte metodológico está voltado para o estudo de

preparatória onde surgem outras perdas, vinculadas ou não ao evento principal, como desemprego, condição financeira desfavorável, etc. A última fase é a de aceitação da perda, que no caso desta pesquisa, acreditamos estar estritamente relacionada a aceitação da condição de surdez do filho pelos pais, do respeito as singularidades linguísticas destes e de busca por intervenções culturais.

⁶ Esclarecemos que a pesquisa pode ser consultada na íntegra pela biblioteca da Universidade Federal de Mato Grosso, Campus Universitário do Araguaia, sob o título original “Impasses da Educação Inclusiva: a demora do nascimento psicológico do filho surdo e os impactos no aprendizado de Língua Portuguesa”. O estudo teve seus resultados publicados e problematizados no livro “Psicologia e Educação”, Editora Bagai, ROCHA (2020) org. páginas 70-80 pelo link: https://drive.google.com/file/d/1zrq9CjZx1_CnEGTbk1-12V8EdMr2UXG1/view .

revisão de literatura, que permite uma abordagem ampla dos assuntos tratados acima. Nesse sentido, pretende-se realizar uma discussão sobre os resultados preliminares do estudo, além do relato de experiência, de uma pesquisa que se desenvolveu com o objetivo de descrever as perspectivas educacionais de famílias ouvintes que tiveram filhos surdos. Reconhecemos que os resultados são preliminares, já que a pesquisa foi realizada durante a escrita de uma monografia, o que evidentemente limitou a quantidade de participantes, pelo tempo de desenvolvimento da pesquisa e conseqüentemente limitou o grau de generalidade dos resultados obtidos.

Por ser um assunto complexo e extenso, neste momento, nos limitaremos em abordar de maneira reduzida as recorrências e singularidades encontradas durante o processo científico, buscando relacionar os resultados da pesquisa às práticas escolares, sobretudo, aquelas relacionadas ao ensino de Língua Portuguesa na modalidade escrita. Estima-se que o estudo sobre as particularidades observadas no processo de aquisição de primeira língua da criança surda, possibilita o olhar reflexivo quanto às metodologias, métodos e estratégias de ensino. A reflexão de tais assuntos pode fornecer um referencial teórico que possibilite a elaboração de estratégias que tornem o ensino e a aprendizagem mais significativas a esse público.

Para o desenvolvimento deste artigo apresentaremos fragmentos dos dados coletados junto aos pais e estudantes com surdez, relacionando tais experiências com os postulados legais e os direcionamentos da Educação Inclusiva sobre o processo de ensino voltado a estudantes surdos. Nesse sentido, entende-se que o texto contempla as discussões relacionadas aos processos educativos, educação inclusiva e formação de professores.

REFERENCIAL TEÓRICO

Ao longo da história da humanidade, as pessoas com deficiência foram percebidas de diversas formas pela sociedade, de fato, tal percepção tinha, em grande parte, uma conotação pejorativa e desmotivadora (ZAVAREZE, 2009). Dentre as histórias de luta dessas pessoas, os surdos tiveram sua história alicerçada em perspectivas que desacreditavam suas possibilidades comunicativas e de aprendizado. Em geral, o discurso capacitista, têm suas marcas percebidas até os dias atuais, o que implica em um processo controverso de rompimento de expectativas de famílias que tiveram filhos com deficiência. Em específico, os discursos fortalecem as possibilidades de um luto psicológico acontecer de modo descompassado e prejudicial, tanto aos pais, quanto para os filhos.

A surdez é percebida pelos textos legais de maneira dicotômica, em alternância entre a medicina e a cultura⁷. Assenta-se na percepção da surdez enquanto deficiência, discursos onde os eixos saúde-doença, normalidade-anormalidade, eficiência-deficiência, relegam às práticas médicas como possibilidade unilateral de intervenção comunicativa. Já a percepção com vistas às possibilidades culturais, fundamenta-se na surdez como singularidade linguística, a qual as interações visuais, inclusive o uso de língua de sinais são uma manifestação da cultura surda.

Nesse complexo e denso embate, ao diagnosticar a criança com surdez, logo ao nascer ou a partir de suspeita⁸, as equipes médicas transmitem o diagnóstico aos pais e, em determinadas situações, o diagnóstico pode ser transmitido, sem levar em consideração as reações emocionais que podem gerar nos pais⁹. Com efeito, o diagnóstico e as orientações clínicas tornam-se uma avalanche, que resulta em fases emocionais características do luto psicológico. Percebendo que a surdez impõe, socialmente, uma barreira de comunicação e interação com o mundo, o luto dos pais pode condicioná-los a decisões que afetam o progresso escolar dos filhos.

A morosidade dos tratamentos fonoterapêuticos, sobretudo, aqueles oferecidos de modo gratuito (único meio que grande parte da população brasileira têm condições de acessar), pode fazer com que o aprendizado de uma língua oral não seja efetivado, em sua totalidade, até o período de ingresso desse filho na escola. O filho surdo, que até então tinha a família como meio de interação linguística, agora são postos na escola, como estudantes. A escola passa a compartilhar a responsabilidade de construção linguística e intelectual da criança, sobre esse assunto, as diretrizes legais da Educação Inclusiva, sugerem que o ensino para esse estudante seja efetivado a partir do uso da Libras como primeira língua ou língua de instrução e a Língua Portuguesa como Segunda Língua (BRASIL, 2005; BRASIL, 2021).

⁷ A cartilha, “Saberes e práticas da inclusão: dificuldades de comunicação e sinalização – Surdez” do Ministério da Educação, apresenta a surdez nos aspectos clínicos, descrevendo como deficiente auditivo aquelas pessoas que tenham tido perda auditiva de até 60 decibéis (dB) e como surdo, aqueles com perda entre 70 e 90 dB ou acima de 90 dB (BRASIL, 2006). Já o decreto 5.626/05 que regulamenta a lei de Libras, considera como surdo a pessoa que tem sua cultura manifesta, principalmente, pelo uso da Libras.

⁸ O Ministério da Saúde expõe uma série de procedimentos para encaminhamento médico, buscando o diagnóstico e intervenção precoce à surdez. Neste sentido, a cartilha Diretrizes de Atenção da Triagem Auditiva Neonatal (TAN), esclarece diretrizes as equipes multiprofissionais sobre o cuidado da saúde auditiva na infância, que passam desde testes assim que a criança nasce e monitoramento durante os primeiros anos de vida, até o encaminhamento clínico para intervenções cirúrgicas (BRASIL, 2012).

⁹ As habilidades médicas de transmitir diagnósticos não são o foco deste estudo, no entanto, sabe-se que algumas ferramentas podem ser úteis nesse sentido, cita-se como exemplo o protocolo SPIKES (protocolo de transmissão de más notícias), que consiste em etapas interativas entre paciente-família-equipe médica. Dentre as etapas, a forma de transmissão de diagnósticos está incluída, de modo a apresentar informações médicas tanto dos desafios, quanto das possibilidades, buscando incentivar a colaboração entre as partes (LUISADA et al, 2015).



Com efeito do desenvolvimento da comunicação por vias clínicas, as inconsistências linguísticas do estudante com surdez passam a ser acentuadas, principalmente se comparadas aos demais estudantes, que são ouvintes e falantes da Língua Portuguesa. Esse fato traz um grande impasse à Educação Inclusiva, sendo um desafio aos docentes tornar o ensino significativo e equitativo a todos os estudantes. Como medida paliativa, os textos legais sugerem o Atendimento Educacional Especializado (AEE)¹⁰, no entanto, dadas suas especificidades de desenvolvimento, a efetividade do AEE se dará a partir das decisões da família.

Intencionalmente ou não é no seio familiar que ocorre grande parte dos aprendizados, entre eles a comunicação, que é fator de importância para as relações sociais e desenvolvimento escolar. Nesse sentido, o que se discute são as condições que esse ambiente irá se estruturar, levando em consideração os fatores emocionais que as famílias estão sujeitas, como esclarecido até aqui. De fato, essa reflexão ultrapassa os muros da escola e alcança terrenos, em que as diretrizes educacionais não parâmetros para o convívio familiar, porém, não problematizar esse fator é arriscado à efetividade do ensino.

Considerando que o desenvolvimento linguístico se dará pela interação com o meio, composto por elementos físicos e abstratos, a relação do estudante com sua família, sobretudo, as relações culturais devem ser percebidas como fatores determinantes de seu desenvolvimento (VYGOTSKY, 2009). Desse modo, justifica-se a necessidade de políticas públicas que convergem no amparo social, de famílias que tiveram filhos com surdez, onde sejam esclarecidas não apenas os desafios, mas todas as possibilidades às famílias, de modo a reestabelecer expectativas positivas sobre o desenvolvimento dos filhos (STELLING, 2014).

Percebendo a escola como participante do processo de educação e, a educação como fator essencial para o desenvolvimento humano, nota-se que a formação docente deve ser, cada vez mais, sensível às diversidades, haja vista o modo singular de desenvolvimento de cada pessoa, com necessidades específicas ou não. Considerando, a natureza dinâmica do cérebro e o fenômeno da plasticidade cerebral¹¹, o entendimento do fator visual ser condicionante para a educação de crianças que apresentem perda auditiva, podem tornar o ensino mais significativo.

¹⁰ Estratégia criada a partir do Decreto Federal nº 7.611/11 a fim de eliminar barreiras ao processo de escolarização. O atendimento pode ocorrer em locais separados e no contraturno, prevendo uma articulação entre família e escola (BRASIL, 2011).

¹¹ É um fenômeno cerebral que permite que este, se modifique, adaptando-se para superar determinada dificuldade, as pessoas com impedimento sensorial auditivo, podem ter outros sentidos mais aguçados por essa disfunção das percepções externas (LENT, 2010). Nesse sentido, é válido esclarecer que é uma tendência natural que pessoas com surdez tenham as percepções visuais mais aguçadas, que as demais pessoas, o que é um fator de relevância na aquisição de uma língua de sinais.



Todavia, entende-se que para o desenvolvimento de práticas nesse sentido, o docente deve ter acesso a reflexões em que esse fator seja considerado.

Do mesmo modo é necessário levar em consideração que fatores externos, podem implicar no aprendizado da Língua Portuguesa, tratando-se de estudantes surdos, a primeira língua enquanto forma de comunicação, será o ponto de ancoragem para o ensino da segunda língua. Soares (2018) explica que o aprendizado da L2 está ligado ao que Goswami (1991) chama de raciocínio relacional, que em síntese é a capacidade de analisar, a partir de um ponto de ancoragem, as estruturas lexicais e as questões relacionadas ao sentido do que se estuda. Desta maneira, entende-se que o processo de aprendizado de uma segunda língua pelo estudante surdo, está subordinado à aquisição prévia de uma primeira língua, seja ela oral-auditiva ou visual-espacial.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A família é, na maioria dos casos, o primeiro grupo social ao qual as crianças, surdas ou não, são incluídas. Desta maneira, é neste contato com a sociedade, representada em primeira instância pela família, que a criança se apoiará para consolidar diversos conhecimentos, dentre estes, o conhecimento inato, da linguagem, como abordado anteriormente. A parte da família que está mais próxima da criança é a parentalidade, são estes que na maioria dos casos, orientam as diretrizes de aprendizado da criança, participando por meio de incentivo ou desincentivo, sobre o que ela deve ou não aprender.

Pelas singularidades dos dados, podemos estabelecer uma provável temporalidade do período que durou o luto do filho idealizado para estas famílias. Congregamos que esta seja uma fase psicológica que termina em concomitância com a desvinculação do filho ideal, o filho ouvinte, ou mesmo a busca de contato com o filho surdo. Nesse sentido, estimamos que a fase correspondente a negação da surdez, se dá desde a suspeita, a qual um dos pais relata ter iniciado aos 1,6 anos de idade do filho e o outro a partir dos 8 meses de idade. Com efeito, a ação dos pais se deu a partir dos protocolos clínicos, que direcionaram um dos filhos ao tratamento junto ao fonoaudiólogo e uso de aparelho de amplificação sonora, e o outro a realizar a cirurgia de implante coclear.

Acreditamos que, os participantes da pesquisa, perceberam nas intervenções clínicas uma possibilidade de resgate do filho que idealizaram durante a gestação, nesse sentido, descrevem ter permanecido esperançosos por vários anos. Os pais perceberam que a partir do ingresso dos filhos na escola, o desenvolvimento não era equivalente ao dos demais estudantes, mesmo já

estando em vigor as legislações que tratam da Educação Inclusiva e das políticas do Atendimento Educacional Especializado, ambos atribuíram o fato a uma possível negligência escolar. De certa forma, as instituições de ensino, no período de escolarização relatado pelos pais (2003-2006), ainda estavam em adaptação, o que impossibilita realizar anacronismos sobre o assunto. Os filhos descrevem que no período, “não se sentiam compreendidos pelos pais”, acreditamos que a incompreensão se deu pela disparidade linguística, entre os filhos e os pais.

Quando questionados sobre como se comunicavam com os filhos durante a infância destes, um dos pais relata que utilizava gestos, já o outro se abaixava na altura dos olhos do filho e falava pausadamente ou usava alguns gestos que o filho criou. Percebe-se que em dado momento, os pais reconhecem a incompatibilidade linguística entre eles e o filho, passando a utilizar sinais combinados (prática muito comum entre pais ouvintes e filhos surdos). Nesse sentido, percebemos que o ambiente linguístico em que a criança surda está inserida, pode ser instável, não fornecendo *inputs* linguísticos¹² compatíveis com o impedimento sensorial da criança. A instabilidade do ambiente linguístico, resulta em uma série de dificuldades no processo de aquisição linguística, que se dá a partir das experiências e contato linguístico com o meio (VIGOTSKY, 2009).

Percebemos que os dois pais demonstraram em suas respostas, evidências do processo de luto psicológico do filho idealizado e o nascimento simbólico do filho real. Ao que tivemos acesso, estima-se que este luto tenha durado o período da primeira infância destas crianças e, concomitante a este período etário, entrou em questão o período escolar, dos primeiros anos, os quais são voltados ao processo de alfabetização. Com efeito, estimamos que o processo de ensino, sobretudo, de Língua Portuguesa exigiu dos docentes estratégias que garantissem certo grau de equilíbrio das dificuldades de comunicação dos participantes surdos. Nesse sentido, cabe-nos refletir sobre os limites das estratégias de ensino de LP para estudantes surdos, que atualmente são descritas a partir da tradução e interpretação do conteúdo para Libras, do mesmo modo como é desenvolvido o ensino aos estudantes ouvintes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

¹² No inglês a palavra “*input*” significa “entrada”, neste sentido, a linguística percebe o termo *input* linguístico como um gatilho linguístico, que ocorre durante a aquisição ou aprendizado de uma língua. Como exemplo, cito o que ocorre durante a fase de balbúcio de crianças ouvintes, em que as mães oferecem um *input* linguístico da palavra “papai” e a criança corresponde instintivamente a este *input*, repetindo de maneira própria esta palavra.

A partir dos dados descritos e revisados acima, consideramos importante refletir, sobretudo em um contexto de estratégias da Educação Inclusiva, sobre a necessidade de considerar as questões relacionadas as origens sociais dos estudantes com surdez, para assim, direcionar o ensino de Língua Portuguesa. Essa conclusão se dá em virtude das competências linguísticas necessárias para que o ensino da disciplina se efetive. Entendemos que tais competências compreendem, entre outras coisas, à comunicação (oral-auditiva ou visual-gestual) de modo que seja possível formular mensagens significativas e corretas, a partir de recursos gramaticais de determinada língua (ALVES, 2001).

Nesse sentido, como já esclarecido, a partir das percepções da teoria vigostkiana, a comunicação será, inicialmente, resultante do ambiente linguístico que a criança estiver inserida, desse modo reiteramos a importância da família nessa construção. De fato, entende-se que o ambiente linguístico será construído de maneira natural e, de certa forma, não intencionalmente controverso. Haja vista que os pais por vezes não recebem orientações que, possibilitem a preparação de um “berço” linguístico compatível ao impedimento sensorial do filho, até mesmo pelo diagnóstico ser, na maioria das vezes, inesperado.

Com efeito, consideramos a necessidade de políticas públicas integradas, a fim de promover orientações multilaterais sobre as possibilidades comunicativas e formativas dos filhos, uma vez que “os pais ouvintes, pela especificidade da situação de seu filho, têm a necessidade e o direito a ter acesso a informações sobre a surdez nos seus aspectos clínicos e culturais” (STELLING, 2014, p.21). No entanto, apesar da defesa de políticas conjuntas, consideramos que medicalizar uma questão metodológica não é, na educação, uma solução para o fenômeno discutido nesse relato, consideramos válida a reflexão sobre as metodologias e métodos do ensino de Língua Portuguesa para estudantes surdos.

Tal reflexão se daria a partir da necessidade do estudante surdo aprender o conteúdo linguístico como uma segunda língua, de modo que o ensino se efetive a partir de estratégias e métodos empregados para essa modalidade de ensino, como já ocorre no ensino de línguas estrangeiras, por exemplo. No entanto, consideradas a necessidade de sociabilidade entre as diversidades, em contexto inclusivo, reiteramos a importância de pesquisas que caminhem ao encontro da temática da educação bilíngue para estudantes surdos.

No ano corrente foi sancionada a Lei nº 14.191 que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei nº 9.394, e inclui, no item III e IV do inciso 2º, do artigo 79 o desenvolvimento de currículos, métodos e material didático específico sobre a educação bilíngue para pessoas com surdez, entendida pelo texto da Lei como modalidade de educação escolar tendo como primeira língua a Libras, e a Língua Portuguesa escrita, como segunda língua. Fato que torna

emergente a reflexão e composição de material teórico sobre o assunto, aos quais reiteramos preocupação de que seja realizado, levando em considerações as especificidades sociais, como as pontuadas neste estudo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 14.191, de 03 de agosto de 2021, **dispõe sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos**. Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2021.

BRASIL, Lei nº 9.394/96 de 20 de dezembro de 1996, **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília, 1996.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Diretrizes de Atenção da Triagem Auditiva Neonatal**. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas e Departamento de Atenção Especializada. – Brasília, 2012.

ALVES, José Matias. **Quadro europeu comum de referências para as línguas**: aprendizagem, ensino, avaliação. Tradução: Maria Joana Pimentel e Nuno Verdial Soares. v.1, ed.1. Brasília: ASA, 2001.

FERNANDES, Sueli; MOREIRA, Laura Ceretta. **Políticas de educação bilíngue para surdos**: o contexto brasileiro. Educar em Revista. Curitiba, UFPR, Edição Especial n. 2/2014, p. 51-69.

GOSWAMI, U. **Analogical reasoning**: what develops? A review of research and teory child, dev., n. 61 p. 1-22, 1991.

KUBLER-ROSS, Elisabeth. **Sobre a morte e o morrer**. 7ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

LOPES, Bruno Rege; SANTOS, Mônica Maria dos. Psicologia e Família: O desafio de pais ouvintes de filhos surdos. In: ROCHA, Wesley Henrique Alves de. **Psicologia e Educação**: teoria e prática. 1 ed. Curitiba: Bagai, 2020

LUISADA, V.; JUNIOR, G.A.F; CARVALHO, S.G.; MADEIRA, E.A.A.; ASSIS, S.M.B. Experiências de médicos ao comunicarem diagnóstico de deficiência de bebês e aos pais. In: **Ciência & Saúde**. n.1 v.1. ITU, 2015



MOREIRA, Daniel Augusto. **O método fenomenológico na pesquisa**. Ed. 1, v.1. São Paulo: Pioneira Thomson, 2002.

SOARES, L.A.A.. **A emergência de um sistema de competidores:** um estudo cognitivo-funcional de processos mentais subjacentes ao desenvolvimento do PBL2 em surdos universitários. UERJ, Rio de Janeiro, 2018.

STELLING, E.P. **Pais ouvintes e filho surdo:** dificuldades de comunicação e necessidade de orientação familiar. Artigo publicado na revista Espaço, Rio de Janeiro: INES, n. 42, jul.- dez. 2014.

VENDRUSCULO, L.E.B. **A descoberta do filho:** o luto e a elaboração dos pais. Ijuí: UNIJUI, 2014.

VYGOTSKY, L.S. **Pensamento e linguagem.** Fonte Digital. São Paulo, 2009.

